

PROCESSO Nº  
-001/17-

REG. PROC. Nº  
-06-

FL. 1  
FOLHA Nº  
-22-



## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

### AUTOS DE

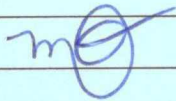
#### PROJETO DE LEI Nº 01/17

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3314, de 11/10/2013, que dispõe sobre o PPA para o Quadriênio 2014/2017, Lei 3494 de 30/06/16, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração do Orçamento para o exercício de 2017, atualizando os valores para manter a compatibilidade entre as peças de planejamento e dá outras providências.

Autor: de Prefeito Municipal

### AUTUAÇÃO

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de janeiro de 2017  
autuo o P.L. 01/17 e o of. nº 29/17 em frente.

Eu, , subscrevi

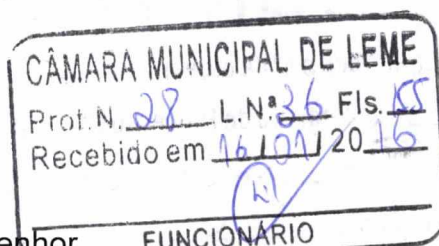
*01/17*

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME  
ESTADO DE SÃO PAULO



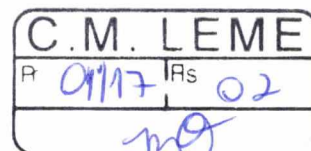
*Juntos faremos o que deve ser feito!*

Ofício nº 29/17 - GP



Leme, 16 de janeiro de 2017.

Excelentíssimo Senhor, FUNCIONÁRIO



Através do presente, **solicito à Vossa Excelência a quebra do recesso legislativo**, com fundamentação nos artigos 26, inciso VI, alínea "a"; e, 181 e seus parágrafos, do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Leme, pelo período necessário para a apreciação do projeto de Lei, cuja ementa segue abaixo:

- "Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 3.314 de 11 de Outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2014/2017, Lei 3.494 de 30 de Junho de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração do Orçamento para o exercício de 2017, atualizando os valores para manter a compatibilidade entre as peças de planejamento e dá outras providências".

Ressalto que é imperioso o deferimento da quebra do recesso legislativo, comprovando-se a urgência para a convocação dos I. Vereadores, haja vista que se faz necessária à adequação e obrigatória compatibilização total entre as peças do planejamento municipal e as reavaliações realizadas nos Programas Governamentais, Atividades, Projetos e Operações Especiais para o exercício de 2017.

Diante da informação supra, fica devidamente justificada a quebra do recesso legislativo, sendo que o indeferimento poderá acarretar prejuízos no cronograma dos Programas Governamentais e demais Projetos da Administração atual.

Por tais motivos, reiteramos o pedido de quebra de recesso legislativo, nos termos das fundamentações supra, **requerendo, ainda, a convocação de sessão extraordinária e tramitação dos projetos sob o regime de urgência ESPECIAL**, nos termos do artigo 181, parágrafo 5º do Regimento Interno.

Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO

Prefeito do Município de Leme

Ao

Excelentíssimo Senhor,

**RICARDO PINHEIRO DE ASSIS**

Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.

# REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 001

fls 22, do Registro de Processo nº 06

Leme, 16 de janeiro de 20 17

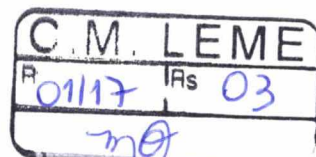
Funcionário MD





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

**PROJETO DE LEI Nº 01 /2017**



“Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 3.314 de 11 de Outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2014/2017, Lei 3.494 de 30 de Junho de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração do Orçamento para o exercício de 2017, atualizando os valores para manter a compatibilidade entre as peças de planejamento e dá outras providências”.

**Art. 1.º** - Nos termos da Constituição Federal, art. 165, e Lei n.º 4.320/64 esta Lei atualiza e compatibiliza o planejamento Municipal fixado pelo PPA 2014/2017 e a LDO 2017, atendendo às determinações impostas pela Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional e às recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

**Parágrafo Único** - As normas contidas nesta Lei alcançam todos os órgãos da administração direta e indireta.

**Art. 2º** - Os anexos I, II e III constantes na Lei 3.314/2013 ficam revogados, sendo substituídos pelos anexos agora encaminhados: Anexo I – Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais, Anexo II - Descrição dos Programas Governamentais/metascustos e Anexo III – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental.

**Art. 3º** - Os anexos I, V e VI da Lei 3.494/2016 ficam revogados, sendo substituídos pelos anexos agora encaminhados: Anexo V – Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício e Anexo VI – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

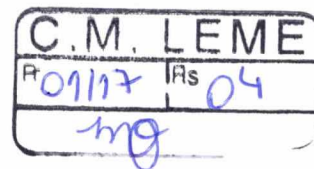
Leme, 04 de Janeiro de 2017.

**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
**Prefeito do Município de Leme**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

**JUSTIFICATIVA**



**Senhor Presidente;**

**Senhores Vereadores;**

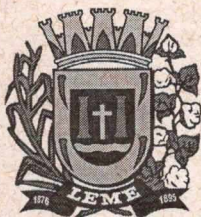
O projeto de lei ora apresentado para análise e deliberação dessa Edilidade, trata das alterações necessárias para a adequação do PPA 2014/2017 e LDO 2017, com os valores aprovados na Lei nº 3.533 de 26/12/2016, Lei Orçamentária Anual para 2017.

Essa adequação se faz necessária em virtude da obrigatoriedade de compatibilização total entre as peças do planejamento municipal e as reavaliações realizadas nos Programas Governamentais, Atividades, Projetos e Operações Especiais para o exercício de 2017.

Informamos que foram alterados do PPA e LDO apenas os valores das ações e programas de governo relativos ao exercício de 2017.

**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
**Prefeito do Município de Leme**





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 01/2017**

<b>C.M. LEME</b>	
R. 01/17	Rs 05

*ma*

**EMENTA:** Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.314 de 11 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2014/2017, Lei nº 3.494 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração do Orçamento para o exercício 2017, atualizando os valores para manter a compatibilidade entre as peças de planejamento e dá outras providências.

**AUTORIA:** Prefeito Municipal.

**PARECER CONJUNTO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**e**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.**

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, reunidas extraordinariamente na Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira", analisando detidamente o presente Projeto de Lei, apresenta o seguinte Relatório, o qual é também nosso voto:

**1.) -**

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária, de Autoria do Prefeito Municipal, com pedido de urgência especial, na convocação de sessão extraordinária, que busca autorização legislativa para atualizar o programa orçamentário, com o fim de mantê-lo compatível com o plano orçamentário, adequando ainda o PPA 2014/2017 e a LDO 2017; também traz a revogação dos anexos I, II e III constantes na Lei nº 3.314/2016 e dos anexos I, V e VI da Lei nº 3.494/2016, sendo todos devidamente substituídos, conforme encontram-se anexados no Projeto em questão.

**2.) -**

A pretexto, as substituições pretendidas tornam-se necessário frente ao novo planejamento Municipal, tendo em vista as novas reavaliações realizadas nos Programas Governamentais, Atividades, Projetos e Operações Especiais para o exercício do corrente ano; ainda traz o projeto, a informação que foram





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 09/17	Rs 06

alterados o PPA e a LDO, mas apenas para os valores das ações relativas ao exercício de 2017.

**3.) -**


No tocante a Comissão de Constituição Justiça e Redação, o Projeto esta bem instruído e redigido, e não contraria as normas legais pertinentes, de forma que, nada obsta a sua tramitação e, portanto, está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa Legislativa.

**4.] -**

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, por sua vez é de parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto em questão, pelos fatos elencados anteriormente, merecendo ser apreciado e aprovado pelo **PLENÁRIO** desta Casa.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira,  
em 16 de janeiro de 2.017.


**Comissão de C.J.R.**


  
Eilan Ricardo da Paixão  
Presidente

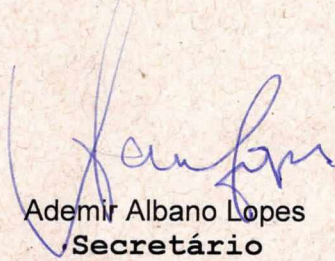
  
Amarilis de Oliveira Riberio  
Vice-Presidente

  
Elias Eliel Ferrara  
Secretário

**Comissão de O.F.C.**

  
Elias Eliel Ferrara  
Presidente

  
Alexandre dos Santos Leme  
Vice-Presidente

  
Ademir Albano Lopes  
Secretário





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 01/17	Rs 0+
mg	

**A Ordem do Dia**

17/01/2017

**PRESIDENTE**

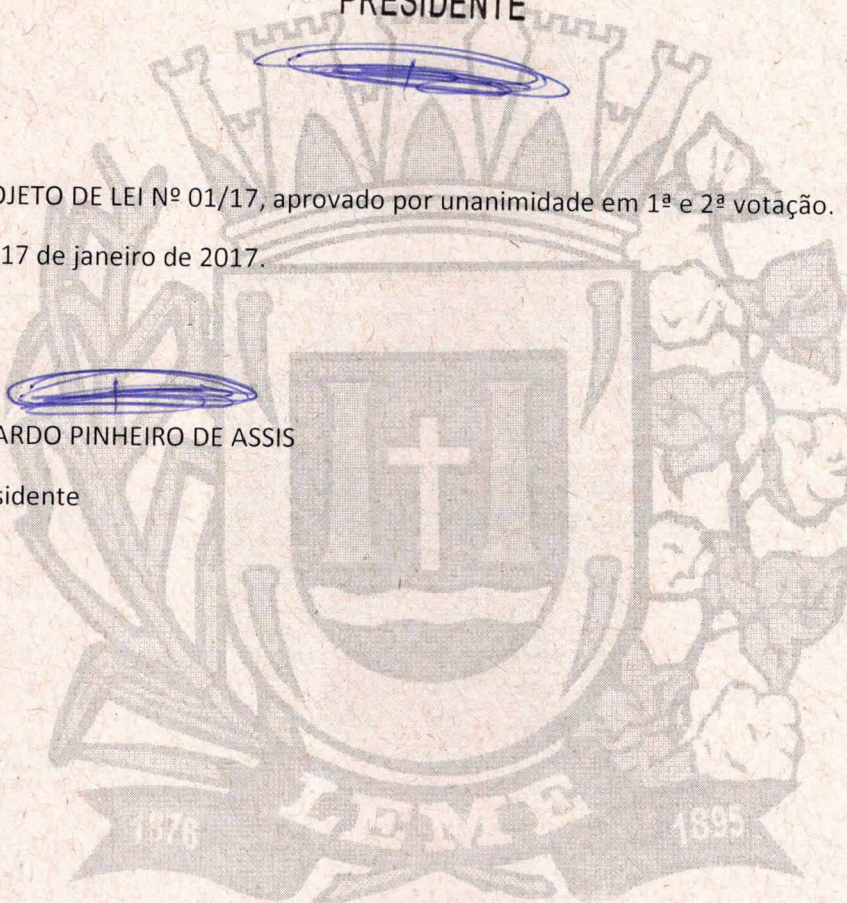
PROJETO DE LEI Nº 01/17, aprovado por unanimidade em 1ª e 2ª votação.

Em 17 de janeiro de 2017.



**RICARDO PINHEIRO DE ASSIS**

Presidente







**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**REDAÇÃO FINAL**

**Projeto de Lei nº 01/17**

<b>C.M. LEME</b>	
Pº 01/17	Rs 08

*AMB*

**Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 3.314 de 11 de Outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2014/2017, Lei 3.494 de 30 de Junho de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração do Orçamento para o exercício de 2017, atualizando os valores para manter a compatibilidade entre as peças de planejamento e dá outras providências.**

**Art. 1.º** - Nos termos da Constituição Federal, art. 165, e Lei n.º 4.320/64 esta Lei atualiza e compatibiliza o planejamento Municipal fixado pelo PPA 2014/2017 e a LDO 2017, atendendo às determinações impostas pela Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional e às recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

**Parágrafo Único** - As normas contidas nesta Lei alcançam todos os órgãos da administração direta e indireta.

**Art. 2º** - Os anexos I, II e III constantes na Lei 3.314/2013 ficam revogados, sendo substituídos pelos anexos agora encaminhados: Anexo I – Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais, Anexo II - Descrição dos Programas Governamentais/metas/custos e Anexo III – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental.

**Art. 3º** - Os anexos I, V e VI da Lei 3.494/2016 ficam revogados, sendo substituídos pelos anexos agora encaminhados: Anexo V – Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício e Anexo VI – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 17 de janeiro de 2017.

Ricardo Pinheiro de Assis  
Presidente